

RELIGIÃO, POLÍTICA E MEIO AMBIENTE CONSERVADORISMO E DESCOMPASSOS NAS POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS NO GOVERNO BOLSONARO



<https://doi.org/10.22533/at.ed.289112507036>

Data de aceite: 28/04/2025

Marcos Scarpioni

Doutorando em Ciência da Religião UFJF (2024-); Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas UFPI (2022); Mestre em Ciências da Religião UESP (2015); MBA em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável FACINTER (2010).

INTRODUÇÃO

Nossas reflexões neste capítulo, partem da seguinte afirmação:

“A população brasileira, tal qual a mundial, enfrenta condições e situações dramáticas em função do colapso socioambiental que nos ameaça cada vez mais” (ROSA, SORRENTINO e RAYMUNDO, 2022)

Nesta afirmação podemos encontrar *lôcus* para os grandes impactos ambientais negativos que temos vistos nestas últimas duas décadas, só para citarmos exemplos emblemáticos, como foram os casos do

rompimento da barragem em Brumadinho em 2019 e o mais recente, no mês de maio de 2024, a destruição de parte muito significativa do Estado do Rio Grande do Sul, os quais a *mass media* noticiou como resultados dos fenômenos das mudanças climáticas.

De maneira jocosa e comentado pelos mais desatentos, neste último caso, “o São Pedro teria aberto as torneiras celestiais e escolhido aquele Estado para inundá-lo, tudo culpa de um santo, quiçá, brincalhão, irresponsável por assim dizer”. E ainda, por uma interpretação permeada por intolerância religiosa extrema, pois os ocorridos “seriam uma punição divina, pois a população ali teria se afastado de Deus, abandonando-o ao cultuar outros deuses”¹, e dessa maneira, tais fatos foram interpretados como não sendo resultantes de tomadas de decisão por gestores públicos ou de ausência de políticas públicas mais assertivas desenvolvidas pela Administração e Gestão Públicas

1 . Membros evangélicos e católicos afirmaram em redes sociais que a ira de Deus veio em virtude de cultos a outras religiões de matriz africana, afinal, existe uma concentração de terreiros de umbanda, tambor de minas e outras formas de religiosidades e espiritualidades espalhados pelo Estado do Rio Grande do Sul. (PORTAL TERRA, 2024).

anteriores e nas atuais.

Nota-se que, a falta de colocar em prática os compromissos políticos assumidos (inter) nacionalmente por uma administração pública com pouca ou quase nenhuma eficiência e a desconsideração pela gestão ambiental urbana, tem permitido as cidades a serem impactadas abruptamente com e pelos os eventos e danos ambientais. Tais desmandos nefastos acabam sendo sublimados em meio a um cenário caótico, sempre amenizados pelas intervenções do governo federal e da solidariedade popular que tentam contribuir de alguma forma para mitigar o sofrimento dos mais vulneráveis social e ambientalmente na região. E como apontar, apurar e responsabilizar culpados se os eventos climáticos são apontados como provenientes e ironicamente da “revolta” da própria natureza?

Essas são questões que precisam de maiores reflexões por parte dos diversos atores sociais que disputam um território geográfico (com determinados recursos² naturais e ambientais, os quais possuem certa qualidade ambiental em meio a um ambiente urbano) e um mundo cultural que são construídos como postula Latour (2020), os quais necessitam ser geridos para a conservação e preservação ambiental nesses determinados espaços locais, regionais, nacionais e globalmente.

Por isto, nossa preocupação em discutir as questões socioambientais que estão (ou deveriam estar) em ampla discussão no Congresso Nacional Brasileiro. Afinal, Bolsonaro implementou um duro discurso antiecológico com base num modelo de desenvolvimento retrógrado e conservador (OLIVEIRA; MACIEL, 2023, p. 28). Por conseguinte, neste capítulo abordamos como a Religião e as Políticas Socioambientais foram influenciadas no e pelo Governo de Bolsonaro - 56^a legislatura³.

Interessou-nos, portanto, por um viés sociológico e histórico revisitar e analisar a atuação dos parlamentares religiosos cristãos (evangélicos)⁴ e católicos (excepcionalmente) que reivindicam o papel na definição de políticas de Estado (CAMURÇA, 2020), em processos de votação de projetos de lei, emendas parlamentares no Congresso que visam alterar as políticas públicas, em especial, as socioambientais, além de observar como uma corrente conservadora destes segmentos deram suporte para a chegada de Jair Messias Bolsonaro a presidência (ALMEIDA, 2019; BURITY, 2020a; ORO, 2023) e manteve sua governabilidade em seu mandato. E ainda, compreender como tais alterações legislativas e esta corrente conservadora, a qual permanece em parte na atualidade no Congresso, continuaria expressando seu apoio declarado a Bolsonaro e como isto continuaria a influenciar (ou não) nas questões socioambientais.

Inicialmente podemos descrever que muitos são os fatores diretos constatados por

2 São naturais aqueles físicos (água, minerais), biológicos (fibras, tecidos) químicos (substâncias químicas); e os ambientais como sendo os serviços ecossistêmicos fornecidos pela natureza sem nenhum custo para os seres vivos (purificação do ar pela dinâmica dos ventos e chuvas, absorção e purificação de água por infiltração no solo, etc.

3 Início em 01/02/2019 e término em 31/01/2023 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

4 Compreendendo os diversos ramos do protestantismo, pentecostaismos e (neo)pentecostais que compõe as bancadas da Bíblia, Bala e Boi.

Rivera (2023) para a presença dos religiosos no cenário político neste século, tanto no Brasil quanto em países estrangeiros da América Latina, dentre eles:

El crecimiento rápido y la fuerte presencia en el espacio público, en el campo político y en los medios de comunicación, de otros credos tipifican una nueva situación de pluralismo religioso. El protagonismo proselitista de los más diversos grupos religiosos, con preponderancia de iglesias de tradición cristiana, la entrada decidida del pentecostalismo en la contienda por ocupar los poderes Del Estado, especialmente el legislativo y ejecutivo, la reivindicación de derechos de las religiones afrobrasileñas e indígenas, son factores que complican como nunca antes la gestión de la necesaria laicidad del Estado tensionando la relación entre libertad religiosa y alteridad establecida en un marco jurídico que aprecia y garantiza los derechos humanos (RIVERA, 2023, p.109).

Para Oro (2023) a interação política e religião seria a chave para entender o que estava ocorrendo no Brasil nos últimos processos eleitorais e consecutivamente influenciando na elaboração de políticas públicas. Nota-se assim que a arena política tem sido ocupada por um número significativo de religiosos parlamentares (ou vice-versa), que estão presentes nas diversas comissões, frentes parlamentares e que participam (ou não) de decisões importantes quanto a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas em nosso caso, as legislações ambientais e as políticas públicas diretamente relacionadas a gestão do meio ambiente.

Por isso, para estudar tais atuações destes religiosos parlamentares definimos como objetivo mais geral, compreender como o conservadorismo de parlamentares religiosos (evangélicos e católicos) influenciam, delimitam, definem as alterações em políticas socioambientais existentes. E estas por sua vez, impactam na qualidade ambiental local e na qualidade de vida dos apoiadores, opositores, enfim na vida diária das pessoas e especialmente no que diz respeito aos cuidados e gestão ambiental de uma forma geral. E como objetivos específicos elencamos: a) Identificar nas votações as aprovações e reprovações de projetos de lei, emendas parlamentares e constitucionais, medidas provisórias que impactam diretamente nas questões socioambientais; b) Verificar quem são os parlamentares religiosos que deram suporte para governabilidade do governo Bolsonaro e, que atualmente, continuam expressando apoio ao Messias; c) Destacar os impactos resultantes das votações na legislação e consecutivamente nas ações e atuações de órgãos públicos que operam sob a legislação vigente.

Nossos questionamentos se tornam relevantes em virtude de que, embora exista, esteja disponibilizada uma bibliografia a qual aborda a presença e atuação política dos parlamentares religiosos, seus apoios a chegada de Bolsonaro a presidência (CAMURÇA, 2020; BURITY, 2020a) sobre os discursos e a agenda conservadora (ALMEIDA, 2019; RIVERA, 2023) e ainda para Burity (2020b) uma tipificação desta agenda como neoconservadora, contrariamente existe uma bibliografia que aborda as questões ambientais.

No que diz respeito as políticas socioambientais, nota-se um conjunto incipiente de bibliografias elaboradas por pesquisadores na área das Ciências da Religião que busque maiores reflexões sobre este tema e temáticas envolvidas. Daí a importância de refletirmos sobre o como, em que medida os parlamentares religiosos, parlamentares híbridos atuaram, apoiaram, se isentaram de participar ou influíram em pautas socioambientais.

Isto nos permite refletir sobre as atuações dos “parlamentares híbridos”⁵ frente as inúmeras questões socioambientais, que impactam in(diretamente) na qualidade ambiental local, bem como (in)diretamente na saúde pública e na coletividade pública. Portanto, revisitar documentos oficiais nos permite verificar avanços e/ou retrocessos nas políticas públicas socioambientais brasileiras neste período e compreender o presente cenário político.

Por se tratar de uma pesquisa documental e de análise qualitativa de conteúdos (STAUSBERG & ENGLER, 2011) efetivamos levantamentos em documentos oficiais diversos como: projetos de lei, emendas parlamentares (registrados em frentes parlamentares), votações em comissões (bancadas e plenárias), registros taquigráficos e em atas de reuniões, entre outras fontes que estão disponíveis no portal da Câmara e Senado. Além disso, consultamos outras fontes bibliográficas e materiais de apoio complementares para nossas análises. Selecionamos documentos, focando nas participações dos parlamentares religiosos, frente às proposições próprias e/ou partidárias para serem decididas de maneira conjunta. Nossa pesquisa foi realizada no período de 01.05.2024 a 10.09.2024.

Dessa forma, estruturamos nossa análise em, pelo menos, quatro seções: I) Caracterização do Congresso Nacional (câmara e senado) pela representação parlamentar de apoio ao governo de Jair Messias Bolsonaro; II) O Governo Bolsonaro e sua Governabilidade “Religiosa”; III) A Política Ambiental Brasileira - Antes e Posterior as alterações oriundas de votações de parlamentares religiosos; IV) As influências e os impactos na atuação de órgãos públicos das novas legislações, normas, regulamentações, etc..

CARACTERIZAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL (CÂMARA E SENADO) PELA REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR DE APOIO AO GOVERNO DE JAIR MESSIAS BOLSONARO

Mesmo com todos os mecanismos que visam ampliar e promover uma maior participação dos atores sociais em seus diversos segmentos nas eleições, especialmente nas eleições de 2018, observou-se que o Congresso Nacional (câmara e senado) se manteve caracterizado por sua maioria de homens, brancos, com grau de escolaridade superior e com renda de classe média - alta.

5 Compreendemos que seriam os atores sociais, agentes que desenvolvem funções públicas, sem, contudo, discernir sobre seu agir, ou ao decidir sobre a *res pública* sem a devida separação e influências da sua cosmovisão religiosa, ou seja, sem a distinção de postura religiosa ou convicção religiosa nas tomadas de decisão nos espaços públicos. Dessa forma, em muitos casos observamos um comportamento político perpassado pelo comportamento religioso.

Embora, seja bem verdade que a Câmara possua “um maior número de mulheres, negros e jovens, a composição da nova Câmara dos Deputados ainda está em descompasso com as estatísticas oficiais da população brasileira” (CÂMARA, 2019), todavia, o Senado se manteve essencialmente caracterizado pela presença masculina, branca, elitizada, etc., conforme demonstrado em quadro abaixo:

PARLAMENTARES (GÊNERO) 513 ELEITOS(AS)					
Homens	436	Mulheres	77		
QUANTO COR OU RAÇA					
Branços	>75%	Pretos e Pardos	24,3%	Indígenas	~ 0,19%
GRAU DE ESCOLARIDADE					
Nível Superior	415	Demais Graus de Escolaridade		98	
PERFIL PROFISSIONAL					
Empresários	200	Profissionais Liberais	~160	Assalariados e Ocupantes de Atividades diversas	>150

Quadro 1. Caracterização do Congresso Nacional na 56ª Legislatura (2019-2023)

Fonte: Extraído e adaptado de Câmara dos Deputados, 2019; Diap, 2019

Elaborado pelo autor, 2024.

De acordo com dados do Observatório do Legislativo Brasileiro (2022), “pela primeira vez, em 2018, o eleitorado evangélico teve voto extremamente concentrado em um único candidato à presidência - Jair Bolsonaro - com impacto significativo na sua vitória eleitoral”. Isto sendo fruto de articulação de uma frente conservadora religiosa em apoio a essa candidatura (BURITY, 2020b), daí a necessidade de compreender os fatores condicionantes deste apoio.

Em seu início de governo, o Messias possuía um apoio consistente de 256 parlamentares e mais um apoio condicionado, relativo de 117 parlamentares, além de uma oposição com significativa representatividade, mas com nem tanta expressividade 140 parlamentares, se caracterizando assim em um dos congressos mais conservadores dos últimos 30 anos (DIAP, 2019, p. 15).

Pois o bloco partidário de apoio pleno ao governo foi constituído pelos partidos PL, PP, PR, DEM, PSD, PTB, PRB, PSC, PHS, PRP, DC e Podemos. E mais, neste contexto, a bancada evangélica teve ampliação tanto na Câmara quanto no Senado em relação a 55ª

legislatura, caracterizando de certa forma, o apoio de evangélicos⁶ nesta governabilidade, afinal, tais partidos possuem representantes religiosos. Somente para citar alguns nomes com expressividade em liderança de bancada e com grande veiculação nas mídias - Marco Feliciano do (PSC/SP), migrando para o Podemos e por fim, filiado ao Partido Liberal, Sóstenes Cavalcante (PL/RJ), Abílio Santana (PSC/BA), entre outros.

O gráfico a seguir mostra quantitativamente a composição da bancada evangélica constituída pelos seus segmentos religiosos que vão desde o protestantismo histórico, clássico (Presbiteriana, Batista, Anglicana, Luterana), passando pelas pentecostais (Metodista, Assembleia de Deus, Congregação Cristã no Brasil, Evangelho Quadrangular, O Brasil para Cristo) e finalizando com os novos segmentos⁷ pentecostais (IURD⁸, IIGD⁹, Renascer em Cristo, Maranata, entre outras).

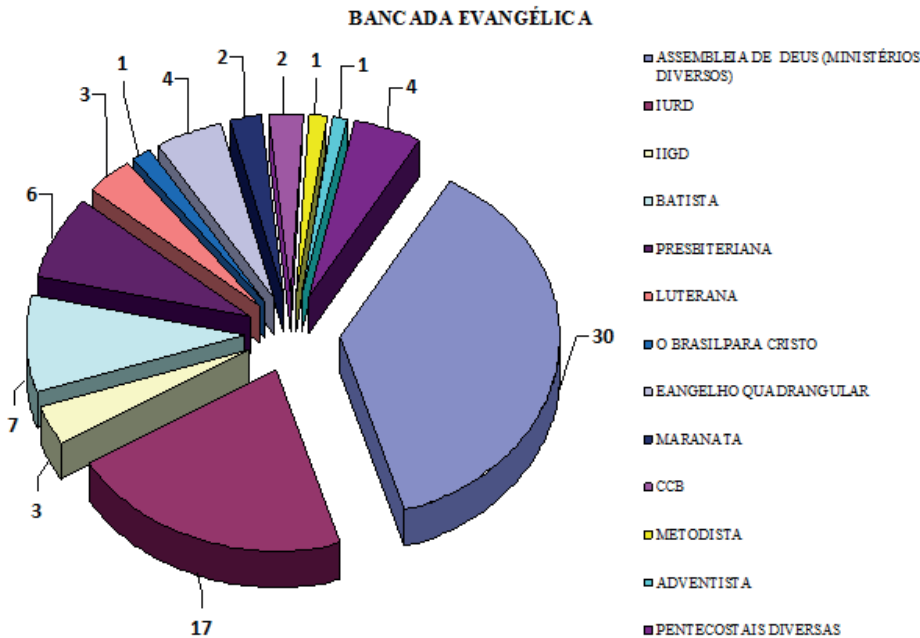


Gráfico 1. Composição da Bancada Evangélica na 56ª Legislatura (2019-2023)

Fonte: Extraído e adaptado de DIAP, 2019.

Elaborado pelo autor, 2024.

Nota-se com essa composição heterogênea de segmentos religiosos de matriz cristã, uma maioria de apoiadores do governo Bolsonaro, a qual, de certa forma dá sustentação a sua governabilidade a partir de uma base parlamentar religiosa. Porém,

6 Heterogeneidade de segmentos religiosos de matriz cristã como protestantes, pentecostais e neopentecostais.

7 Os ditos (neo)pentecostais, nomenclatura para movimentos que adotam teologias de cura e prosperidade, etc.

8 Igreja Universal do Reino de Deus

9 Igreja Internacional da Graça de Deus

a Frente Parlamentar Evangélica foi constituída com um número bem mais amplo, um total de 203 deputados e 9 senadores e a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica possuindo um total de 207 deputados e 9 senadores (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

Curiosamente a bancada ruralista está inserida na Frente Parlamentar do Agronegócio que recebe também a Agricultura Familiar em seu título, sendo assim composta por 178 deputados e 24 senadores.

E finalmente a Frente¹⁰ Parlamentar dos Policiais que está dividida entre policiais militares e bombeiros com 199 deputados e nenhum senador. Dessa forma está caracterizado as frentes e bancadas que ficaram conhecidas de maneira difusa nas redes sociais midiáticas como “bancadas da bíblia, bala e boi”.

Em cada uma das bancadas e/ou frentes parlamentares (religiosas e não religiosas em tese), tem-se e estão demonstradas suas intencionalidades, objetividades que estão postas, descritas em seus respectivos estatutos conforme descreve a Organização Religião e Poder (2022):

O Estatuto da [frente parlamentar evangélica] FPE, [...] em seu art. 2º, III, diz que a frente tem como finalidade “**procurar, de modo contínuo, a inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas eficazes, influndo no processo legislativo a partir das Comissões** temáticas existentes no Congresso Nacional, segundo seus objetivos, **combinadas com os propósitos de Deus e conforme Sua Palavra**” (ORP, 2022, grifo nosso).

Assim a Frente Parlamentar Evangélica que reúne parlamentares dos diversos segmentos religiosos de matriz cristã estariam:

“**preocupados em fiscalizar os programas e as políticas governamentais, voltados à proteção da família, da vida humana e dos excluídos**” e busca “participar do aperfeiçoamento da legislação brasileira do interesse da sociedade e ainda do debate de grandes temas nacionais”. Manifesta, ainda, a intenção de exercer a atuação parlamentar alinhada aos propósitos de Deus (ORP, 2020, grifo nosso).

Já na Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica, as intenções e objetivos, assim como estão previstos no estatuto da FPE, também encontramos no estatuto desta frente:

art.2º, I, do capítulo 2 de seu requerimento ter por finalidade “**defender os princípios éticos, morais e doutrinários defendidos pela Igreja Católica Apostólica Romana**” (ORP, 2022, grifo do autor).

Segundo a ORP (2020) esta frente demonstra em seu requerimento:

um panorama da importância da confissão católica no Brasil, destacando uma “dívida” que a sociedade possui em relação à Igreja Católica e seu legado positivo na formação do povo brasileiro. [...] esta [frente] é **a que mais menciona preceitos religiosos** em seu requerimento, **convocando, inclusive, toda a Frente a “participar, pelo menos uma vez no mês, da Santa Missa, de preferência na sede da CNBB”** (ORP, 2020, grifo nosso).

10 Também conhecida com bancada da bala.

Essa breve análise descritiva e qualitativa do ponto de vista dos objetivos e intencionalidades descritas nos estatutos, nos dá pistas sobre as ações dos parlamentares religiosos com uma ingerência religiosa no espaço público de tomada de decisão. Também, nos serve para selecionar em outro instante, aqueles(as) parlamentares nos diversos partidos que formaram a base de sustentação da governança e governabilidade bolsonarista. Além disso, compreender e questionar a laicidade do Estado que de fato garante a representação dos segmentos sociorreligiosos no congresso, mas que torna questionável o processo de separação entre Estado e as Religiões, o que também, potencialmente induz uma reflexão sobre a desmocratização no país.

E por fim, identificá-los nas apresentações e apreciações de projetos de lei, emendas parlamentares e constitucionais, medidas provisórias, votações, acordos, etc., verificação que desenvolveremos mais adiante.

O GOVERNO BOLSONARO E SUA GOVERNABILIDADE “RELIGIOSA”

Nota-se que, com a expansão do (neo)pentecostalismo no início dos anos 80 e com a reabertura democrática do país, houve uma grande imersão de candidatos religiosos que representavam os interesses das suas respectivas instituições no cenário político, e de acordo com Oliveira e Macedo (2008), já se buscava um plano de poder baseado nas escrituras sagradas, afinal, a Bíblia mostraria governos como de José do Egito, Davi, Salomão, “homens que governaram sob orientações, revelações de Deus”.

Conforme Burity (2020a) o sonho de eleger um presidente evangélico e de conseguir ter evangélicos em todas as posições-chave da vida pública, vislumbrado e planejado desde meados da década de 80 se tornaria real. Pois segundo Camurça (2020) os evangélicos [...] descobriram que podiam converter sua crescente presença religiosa na sociedade brasileira em representação política e em acesso às esferas do poder [...], e em 2018 tal projeto viria a se concretizar com a eleição de um político de extrema direita (ALMEIDA, 2019; GHERMAN, 2023).

Para Oro (2023) ficou patente que em 2018, a associação entre Bolsonaro e o Cristianismo conservador foi decisivo para o êxito do candidato de extrema direita. Todavia, podemos relacionar outros aspectos que conduziram Bolsonaro à chegada a presidência em virtude de três fatos políticos: ativismo político do judiciário em criminalizar o partido dos trabalhadores por envolvimento em eventuais episódios de corrupção, a prisão do candidato Luís Inácio Lula da Silva e a “facada no Messias” (DIAP, 2019; AGENDA POLÍTICA, 2019).

Este último evento permitiu que Bolsonaro se esquivasse de participar de debates televisivos para expor suas propostas de governo, mas, não o impediu (mesmo estando num quarto de hospital, com estado de saúde duvidoso) de falar com seus potenciais eleitores via redes sociais midiáticas.

Pois como bem enfatizou Almeida (2019) merecem destaque nessa arena de interação política os efeitos crescentes da plataforma digital *whatsapp*, por meio da qual circulam informações, *fake news* e *memes* em múltiplos grupos fechados que se sobrepõem às pequenas redes sociais: núcleo familiar, família extensa, grupos de trabalho, de amigos, de comunidades religiosas ou temporárias com propósitos pontuais, etc.

Dessa forma ganharam notoriedade seus discursos contra o sistema político e pela deterioração da política anterior a sua candidatura, a defesa da religião por parte de uma retórica (neo)conservadora, a negação de direitos conquistados por minorias étnicas e sexuais e pelas mulheres recentemente pela constituição cidadã (BURITY, 2020a) se tornaram recorrentes, persuadindo um público reacionário.

Também, as *fakenews* e declarações controversas, além de discursos de ódio, incluindo apologia à tortura e a defesa da ditadura militar brasileira (AGENDA POLÍTICA, 2019) se tornavam constantes, gerando uma “aura de ordem” que propunha o fim no cenário político compreendido como caótico, corrupto, e ainda, “comunista” como seria intentado por partidos políticos de esquerda.

E ainda, “eleito com um discurso antiambiental claro, mostrou-se fiel ao compromisso pré-eleitoral que assumiu com os lobbies antiambientalista” (GOMIDE, SILVA e LEOPOLDI, 2023). Já eleito, em seu governo, Bolsonaro como já discursivamente afirmava, elenca uma agenda com os temas que se alinhavam com as agendas de lideranças religiosas e seus representantes parlamentares em suas respectivas bancadas e frentes parlamentares como foi o caso das bancadas da Bíblia, Bala e Boi (evangélicos, de policiais e de ruralistas respectivamente) (DIAP, 2019; RIVERA, 2023; OLIVEIRA; GHERMAN, 2023; MACIEL, 2023).

Temas como redução da maioria penal; revisão do estatuto do armamento e liberação a posse e o porte armas aos cidadãos comuns; ampliação do excludente de ilicitude aos policiais que agem de maneira letal no exercício da função pública; tipificação como terrorismo as ações de movimentos sociais; instituição de escolas sem partido; proibição a ideologia de gênero; combate a liberdade sexual e reprodutiva das mulheres receberam destaque (DIAP, 2019), gerando um rol de debates acalorados tanto no congresso quanto nas redes midiáticas.

Afinal, conforme expõe Cunha; *et al.* (2021, p. 06) no “extremismo de direita [tais atores e agendas] se apresentam como aqueles [ou instrumentos] capazes de salvar a sociedade de uma inevitável desgraça a qual ela estaria submetida diante do sistema político convencional, da ordem geopolítica global, do liberalismo político, do humanismo igualitário, dos feminismos”, E mais, essas coisas são consideradas impuras e devem ser, portanto, superado, suplantado, sufocado (CUNHA, *et al.*, 2021).

Mas curiosamente, frente a todas essas discussões e agenda, o tema Meio Ambiente foi relegado ao segundo plano, e nesses temas também estão o *establishment* de uma elite brasileira que, segundo Burity (2020a) selecionaria os interesses e grupos de interesse para as discussões políticas, afinal:

[...] tem mantido referências básicas no discurso cristão conservador, cada vez mais incluindo grupos e parlamentares católicos e outras filiações religiosas rejeitadas pelos pentecostais no âmbito das disputas proselitistas, mas acolhidas taticamente nas disputas políticas [...] (BURITY, 2020a).

Para Almeida (2019, p. 187), esse conservadorismo seria a principal resultante de diferentes forças políticas atuais da crise brasileira, isto é, o vetor que tem apontado a direção e o sentido do processo social em curso. E somando a isto, outros fatores sociais e demandas contribuíram para expansão do que é interpretado como o Bolsonarismo (BOGÉA, 2021; VIOLIN, 2022), que está inserido em uma extrema direita que reuniria, [...] tendências ultraconservadoras, autoritárias, nacionalistas, anticomunistas, supremacistas, ultranacionalistas, xenófobas, teocráticas, racistas, homofóbicas, transfóbicas articuladas e organizadas em perspectiva conspiracionista (CUNHA; *et al.*, 2021), e que teria emergido, ainda no período do governo Temer em virtude de:

uma enorme crise fiscal do Estado, um excesso de demandas reprimidas, o aumento do desemprego, da criminalidade e da violência, uma população desalentada e com medo, e, acima de tudo, a facilidade para disseminar um discurso que aponta os supostos responsáveis por tudo isso: o sistema político e os partidos que tinham sido governo nos últimos 20 anos (DIAP, 2019).

Entretanto na interpretação de Oro (2023):

La unión entre Bolsonaro y los evangélicos de tendencia conservadora obedeció a una lógica simbólica; ambos actores tienen en común no solo el enaltecimiento del cristianismo como referencia religiosa nacional, sino también la reivindicación de los valores, principios e ideales/que consideran cristianos para el conjunto de la sociedad. Pero, a la vez, el nexo Bolsonaro-evangélicos obedeció a razones pragmáticas, esto es, a intereses mutuos. En ese sentido, los principales líderes de iglesias pentecostales y neopentecostales alineados con el ex-presidente de extrema derecha fueron pragmáticos al reivindicar y obtener favores de varios tipos por parte del Estado: beneficios, en especial económicos y fiscales, para sus iglesias, tales como recursos para obras sociales, presupuestos públicos para emisoras de radio y tv, y ante todo la condonación de deudas y exención de obligaciones fiscales (ORO, 2023).

Para Violin (2022) em virtude de tais características e ações, postula que o Bolsonarismo seria o fascismo brasileiro do século XXI. Afinal, segundo o autor “Bolsonaro têm o estilo e a substância banhados em violência política, chauvinismo nacional e glorificação pessoal, características fascistas essenciais, sendo a manipulação da história o que revela verdadeiramente como o bolsonarismo liga o populismo ao fascismo” (VIOLIN, 2022, p.104).

Isto explicita um pouco sobre o suporte da governança¹¹ e governabilidade¹² de Bolsonaro, que só teria se desenvolvido em meio a barganhas de bastidores, embora, seja preciso analisarmos os projetos apresentados, em trâmite e as votações para passarmos, então, a compreendermos as influências nas políticas públicas socioambientais desde sua elaboração até avaliação.

Dessa forma, Bolsonaro nunca relegou ao segundo plano, seus vínculos com o segmento cristão, conservador, antes todo evangélico seria o elo em vistas de sua intenção de ser reeleito em 2022 (ORO, 2023), ainda que dialogando com outras lideranças religiosas e se imiscuindo em outros segmentos (católicos, espíritas, entre outros).

Por isso, segundo Burity (2020b) garantiu o avanço da governamentalização que incidiu sobre toda sorte de aspectos valorativos e de identificação das identidades religiosas, e ainda, a incidência na legislação e das políticas governamentais sobre o corpo, a população, a produção do conhecimento, etc.

Logo as pautas dos costumes, enfim, foram assumidas por [...] Bolsonaro, agradando às forças cristãs do Congresso Nacional (ALMEIDA, 2019). Por isso, se instaura a crítica de Bogéa quanto aos religiosos parlamentares que imiscuídos na arena política, nos processos de tomada de decisão, não separam vivências religiosas da vivência política.

o problema é que para além daquilo que muito facilmente identificamos como religiões, **podemos entender a religião como um modo de funcionamento existencial que exige crença em certas teorias, significações e valores como absolutamente verdadeiros e inquestionáveis**. Assim, por mais que não tenhamos o hábito de frequentar uma qualquer das religiões instituídas no nosso tempo e no nosso lugar, **podemos muito bem estar funcionando de modo religioso em algum âmbito de nossas vidas, tomando narrativas, significações e valores como verdades absolutas de um modo tal que eles passam a monopolizar nossas possibilidades de ação, reação e pensamento** (BOGÉA, 2021, p.53, grifo nosso).

Dessa forma, a “religião que parecia ter se restringido à esfera privada e individual pelo processo de secularização reconfigurouse, e atua sobre aquilo que se define como público, mais especificamente sobre as normas em forma de lei ou de costumes (ALMEIDA, 2019), logo, interferindo, influenciando nas tomadas de decisão no âmbito das políticas públicas, claramente no que diz respeito aos aspectos morais oriundos do campo religioso de matriz cristã.

Mas, cabe ressaltar que tal governabilidade teria sido apoiada por que segundo Bogéa (2020):

11 São as ações, atuações diretas que o governo não negocia diretamente com demais parlamentares tanto na Câmara, quanto no Senado, são as atuações administrativas, orçamentárias, fiscais que são executáveis, gestão de políticas públicas definidas, em curso, com previsão em leis específicas como são os casos de Leis de Diretrizes Orçamentárias, Leis de Orçamentária Anual, Plano Plurianual, que são legislações executáveis de Governo o que difere da governabilidade. (Apontamentos pessoais SCARPIONI; VIANA, 2019).

12 Governabilidade por sua vez, é precária, depende das negociações com bancada de parlamentares, comissões e demais atores sociais (sociedade civil, mercado, etc.), legitimação, apoio as reformas que se intentam, alterações em legislações, etc. (Apontamentos pessoais SCARPIONI; VIANA, 2019).

“O ‘brasileiro médio’ gosta de hierarquia, ama a autoridade e a família patriarcal, condena a homossexualidade, vê mulheres, negros e índios como inferiores e menos capazes, tem nojo de pobre, embora seja incapaz de perceber que é tão pobre quanto os que condena. Vê a pobreza e o desemprego dos outros como falta de fibra moral, mas percebe a própria miséria e falta de dinheiro como culpa dos outros e falta de oportunidade. Exige do governo benefícios de toda ordem que a lei lhe assegura, mas acha absurdo quando outros, principalmente mais pobres, têm o mesmo benefício (BOGÉA, 2020, p. 98).

E mais segundo dados do basômetro, o Durante o mandato de Bolsonaro em 2019 e 2020, o Congresso votou de acordo com as orientações do governo 76% das vezes, acima da taxa histórica de 75% (2021), o que mostra que a governabilidade foi apoiada por uma câmara tipicamente conservadora (ESTADÃO, 2021).

Toda essa governança e governabilidade em meio a apoiadores religiosos e conservadores, corrobora para a afirmação de Gherman (2023, p. 62) “o Brasil é o país onde a extrema direita mais cresceu no mundo desde 2019 até hoje”.

AS POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS ANTES E DEPOIS DO “PASSAR A BOIADA” DO MINISTRO DO MEIO AMBIENTE BOLSONARISTA

O Brasil possui uma das mais avançadas políticas socioambientais em relação aos países do Mercosul, especialmente no que diz respeito a Educação Ambiental (ROSA, SORRENTINO e RAYMUNDO, 2022), entretanto, foi uma das mais ameaçadas no governo Bolsonaro como apontam estudos realizados pelas instituições independentes como: Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente, Observatório do Clima, Rede Brasileira de Educação Ambiental, entre outros.

Para compreender sobre essa governança com uma marca antiecológica neste congresso e apoio dos parlamentares religiosos selecionamos um recorte das políticas socioambientais, dentre ele estão: Política Nacional de Meio Ambiente (lei n. 6.938/81), Política Nacional de Educação Ambiental (lei n. 9.795/99), a Lei de Crimes Ambientais (lei n. 9.605/98) e a Agenda 2030.

Tais legislações e tratados internacionais estão diretamente interligadas com o planejamento e a gestão ambiental nos Estados e seus municípios brasileiros, além da articulação com outras políticas socioambientais¹³.

Mas é na fala do então ministro do meio ambiente Ricardo Salles do governo Bolsonaro, que se demonstrou os intentos em alterá-la. Pois segundo Salles conforme foi veiculado pela *mass media* em tom de convocação diz: “Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid, e **ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas**” (OC, 2022, p. 10, grifo nosso).

13 Política Nacional do Saneamento Básico, Política Nacional de Resíduos Sólidos, Política Nacional de Mudanças Climáticas, Política Nacional de Educação Ambiental, etc.

A trajetória Bolsonarista foi marcada por controvérsias e ataques ao meio ambiente e, aos órgãos e servidores ambientais. Como resultado das diversas intervenções políticas e desses ataques constantes, a oposição as normas ambientais e a atuação dos servidores, ocorreu uma flexibilização de instrumentos jurídico-políticos e conseqüentemente uma dissolução em parte da implementação de processos gestão ambiental pública (Ascema, 2021), que impactaram nas políticas públicas socioambientais.

Segundo a Associação Nacional dos Servidores do Meio Ambiente (2021), já na candidatura em 2018, o candidato à presidência do PSL afirmava que as políticas ambientais e os direitos indígenas dificultavam o desenvolvimento no país – e quando já eleito, porém, não ainda empossado – Bolsonaro durante uma de suas transmissões ao vivo pelas redes sociais, criticou a política ambiental e afirmou também que se o acordo de Paris não mudasse, o Brasil estaria fora deste acordo, reforçando que o mesmo poderia ser danoso à soberania nacional.

Cabe ressaltar que as emergências climáticas são resultantes de um processo antropogênico, pois estamos experienciando o período do antropoceno como afirma Latour (2020) e as mudanças ecológicas demandam ações concretas, assertivas e urgentes para seu controle.

A esse respeito, segmentos católicos (bispos brasileiros progressistas) efetuaram severas críticas à política ambiental do seu governo (ORO, 2023). E mais, não só nessas questões, mas também em outros tratados¹⁴ internacionais em que o Brasil é signatário, ocorreu um descumprimento que foram relegados ao segundo plano no governo Bolsonaro, haja vista, a Agenda 2030, deixou de ter relevância.

Desde 2019, o Observatório do Clima viria produzindo relatórios anuais radiografando o desmonte da política ambiental, pois Jair Bolsonaro que cumpriu diligentemente sua promessa de campanha de destruir a proteção socioambiental no Brasil (OC, 2023).

Para Ascema (um dos primeiros atos do governo federal, teria sido o esvaziamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que perdera competências e perde a capacidade de formular e conduzir algumas políticas fundamentais que estruturam a gestão ambiental visando a conservação e preservação de recursos naturais e serviços ecossistêmicos essencial para a qualidade ambiental local e regional.

Segundo a Rede Brasileira de Educação Ambiental (ROSA, SORRENTINO e RAYMUNDO, 2022) o desmonte promovido pelo Governo Federal nas Políticas Públicas de Educação Ambiental confirmou e até superou as mais pessimistas previsões. Segundo os autores:

o início do desmonte desta política se dá em 2019, com a extinção do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente,
sendo a equipe e parte das atribuições realocadas para o Departamento de

¹⁴ Acordo de Paris que visava o combate e controle das mudanças climáticas (emergências climáticas na atualidade) (2015) e da Agenda 2030 (2016), tratados que influenciam diretamente nas políticas públicas socioambientais e consequentemente, nas tomadas de decisões sobre redução dos impactos socioambientais locais, regionais, nacionais, etc.

Como foi registrado e veiculado na *mass media*, muitos eventos com impactos ambientais altamente negativos foram notabilizados, entretanto, não se mobilizaram maiores esforços por parte do então ministro do meio ambiente (Ricardo Salles) para a mitigação dos danos causados internamente¹⁵ e nem os transfronteiriços¹⁶ no território brasileiro, induzindo assim ações com superficialidades em relação a tais problemas ambientais, como foi o caso da Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração do vazamento de petróleo com o surgimento deste na costa marítima brasileira.

Perscrutando votações realizadas na Câmara e Senado, além de órgãos independentes que acompanham trâmites para a elaboração de políticas públicas como são os casos dos observatórios dentre eles: Observatório do Legislativo Brasileiro, Observatório do Clima e o Ruralômetro¹⁷, Basômetro¹⁸, além de determinadas votações disponíveis no sítio da Câmara e Senado, passamos a descrever:

Consultando o PPA do Governo Bolsonaro, constatamos que houvera poucos recursos financeiros para a área do meio ambiente no eixo Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e Recursos Naturais (R\$ 237.803.196,00) em relação ao eixo Agropecuária Sustentável (R\$ 2.269.145.169,00) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

E mais, ao compararmos o PPA do governo Bolsonaro de 2020 em relação ao PPA de 2016 do Governo Michel Temer, observamos reduções drásticas da distribuição dos recursos por programas que estão diretamente relacionados as políticas públicas socioambientais. Apresentamos então um recorte na tabela abaixo:

15 O caso das queimadas florestais e desmatamento na Amazônia.

16 O derramamento de óleo cru (ou resíduos de petróleo) que varreu a costa nordestina brasileira.

17 é um banco de dados e uma ferramenta interativa que avalia a atuação dos deputados federais nas questões ligadas ao meio ambiente, trabalhadores rurais, povos indígenas e outras comunidades tradicionais. Nesta segunda edição do projeto, são avaliados os parlamentares que tomaram posse no início de 2019. Desenvolvida pela **Repórter Brasil** com uma equipe multidisciplinar, a ferramenta usa duas bases de dados para pontuar os parlamentares: seu posicionamento na votação de projetos de lei e medidas provisórias que apresentam algum impacto socioambiental e as proposições apresentadas por cada um nesta legislatura (REPÓRTER BRASIL, 2022).

18 O Basômetro mede o governismo dos deputados e partidos na Câmara. Para fazer isso, a ferramenta calcula quantos votos seguiram a orientação do líder do governo, percentualmente. Consideramos que um voto a favor do governo é aquele que segue exatamente a orientação da liderança. Por exemplo, caso a indicação seja “sim”, apenas votos “sim” são considerados pró-situação. Todos os demais (“não”, “obstrução” ou “abstenção”) são considerados votos contra o governo (ESTADÃO, 2021).

Programas	2020 (R\$ milhões)	2016 (R\$ milhões)	Diferença 2020-2016 (R\$ milhões)
Agropecuária Sustentável	19.240	16.895	+2.345
Qualidade Ambiental Urbana	5	137	-132
Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	271	410	-139
Mudança do Clima	296	468	-172
Saneamento Básico	661	915	-254
Segurança Alimentar e Nutricional	336	1.160	-824
Recursos Hídricos	1.647	3.257	-1.609
Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	1.541	4.674	-3.132
Moradia Digna	2.896	15.759	-12.863
Educação (Básica, Profissional, Superior e Estatísticas)	26.317	45.633	-19.316

Tabela 1. Distribuição de recursos por programas sobre os principais programas do governo federal nos projetos do Plano Plurianual de 2016 e 2020. A lista contém os programas que tiveram continuidade nos dois PPAs, mesmo que tendo sido reestruturados.

Fonte: Extraído do Plano Plurianual do Governo Bolsonaro (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Elaborado pelo autor, 2024.

Pois conforme já citado anteriormente, Bolsonaro teve o maior apoio nas votações que foram efetivadas em 2019 e 2020, todavia, as pautas socioambientais foram relegadas a outros planos, inclusive temas como moradia digna e Educação sofreram as maiores perdas de recursos orçamentários, econômicos no seu PPA como descrito anteriormente.

Na votação para a elaboração do Plano Plurianual - PPA 2020/2023 – **a Educação Ambiental não está em nenhum programa do PPA nem como iniciativa**. Existe apenas uma linha orçamentária vinculada ao programa 1041, que é o de conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais (ROSA, SORRENTINO e RAYMUNDO, 2022). Todavia, observando os cortes para a Educação, tal afirmação está muito bem fundamentada.

Em contrapartida, como é possível de se observar, houve um aumento significativo no orçamento para o agronegócio, que no governo Bolsonaro praticando o *greenwashing*,¹⁹ o postula como “agropecuária sustentável”. Nota-se um aumento dos recursos orçamentários, econômicos sendo disponibilizados para as atividades agrárias, porém, sem nenhuma garantia ou discriminação destas sendo oriundas de agricultura familiar.

Todavia, é passível de compreender como maioria da bancada ruralista propunham tais projetos que estão em ainda em votação e o apoio da governabilidade do governo. A Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) é uma das maiores do Congresso Nacional, e seu

¹⁹ significa lavagem verde, ou popularmente conhecido como maquiagem verde, é um termo muito utilizado pelas empresas que querem criar uma falsa aparência de sustentabilidade, sem necessariamente aplicá-la na prática.

desdobramento como a bancada ruralista, é apontada por organizações socioambientais como o núcleo estruturante de várias pautas que ferem direitos de povos originários e de proteção à natureza (AGÊNCIA PÚBLICA, 2022).

Logo, os projetos de lei que consultamos trazem em seu bojo uma incerteza quanto a conservação e preservação ambiental de terminados espaços geográficos como é o caso do PL n. 1.282/2019 que ainda está em pauta na Comissão de Agricultura (CRA) do Senado, em regime terminativo que se aprovado vai à Câmara, permitirá desmatar Áreas de Preservação Permanentes (APPs) para a construção de reservatórios e obras de irrigação (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2024) impactando deveras as fisiografias das regiões e consecutivamente nos serviços ecossistêmicos locais, alterando assim a qualidade socioambiental local. Como já é estudado e demonstrado pelas Ciências Ambientais, a perda de vegetação nessas áreas pode colocar em risco outros usos da água, como o abastecimento humano além de provocar assoreamento e erosão, entre outros impactos ambientais negativos.

Outro projeto de lei que se iniciou no governo Bolsonaro e que aguarda votação na Comissão de Agricultura (CRA) do Senado, em regime terminativo é o PL n. 2.374/2020 que diz respeito a anistia de desmatamentos ilegais em Reserva Legal (RL) realizados entre 2008 e 2012, permitindo a regularização ambiental dessas áreas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2024). É preciso pontuar que no governo Bolsonaro existem registros de desmatamentos muito significativos com 13,8 milhões de hectares em todo país.

Só para citarmos mais um exemplo de PL que estão em processo de votação e que se iniciou ainda no Governo Bolsonaro é o de PL de n. 311/2022 que tramita na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara que prevê que o Código Florestal prevaleça sobre a Lei da Mata Atlântica. Se o projeto for aprovado, as restrições ambientais em todo o bioma serão reduzidas, facilitando o desmatamento e a perda de biodiversidade. A Mata Atlântica é o bioma mais ameaçado do Brasil restando apenas 12% de sua cobertura vegetal original.

Cerca de 145 milhões de pessoas vivem na região abrangida pelo bioma em 17 estados. Esses que representam mais de 70% da população brasileira e grande parte de nossas cidades dependem desses ecossistemas para seu abastecimento de água e regulação climática.

A destruição deste tipo de floresta coloca em risco esses e outros serviços ecossistêmicos (produzidos pela natureza) já comprometidos em determinados graus. Esse PL sendo aprovado segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo e se aprovado, vai ao Senado para a aprovação (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2024).

Nota-se que no governo Bolsonaro emergiram os projetos de lei, contudo, em virtude de acordos e desacordos e resistência por parte da oposição, não se conseguiu a maioria para aprovação em sua legislatura, mas, os projetos continuam em tramitação, com potenciais possibilidades de aprovação.

Em relação a Política Nacional do Meio Ambiente e a regulamentação desta, por meio do decreto presidencial de n. 9.806/2019, o artigo 6º que prescreve os procedimentos para as reuniões em Plenário do CONAMA em caráter ordinário, a cada três meses, no Distrito Federal, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de, pelo menos, dois terços de seus membros, além dos seus respectivos parágrafos e incisos, extinguindo assim as reuniões deste conselho. Cabe ressaltar que o Conselho era normativo, consultivo, deliberativo sobre as normas, resoluções, instruções normativas sobre as questões ambientais.

Para Gomide, Silva e Leopoldi (2023) este é o exemplo claro da adoção de estratégias mais sutis para o desmonte ativo dentro do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), uma vez o Conama é conselho responsável por determinar critérios técnicos necessários para a implementação da legislação ambiental.

De acordo com o Ruralômetro, depois de avaliar 28 votações nominais e 485 projetos de lei apresentados na atual legislatura, iniciada em fevereiro de 2019 e finalizada em dezembro de 2022, afirma que 68% das votações pelos ruralistas são contrárias, em desfavor ao meio ambiente, indígenas e trabalhadores rurais (REPÓRTER BRASIL, 2022).

Mas estes projetos de lei se alinham com outros projetos que recebem apoio da Frente Parlamentar Evangélica como descrito pela Agência Pública, pois haveria um alinhamento e troca de favores entre as bancadas do boi e da bíblia no Congresso. Dessa forma, haveria uma pauta antiambientalista, pois de acordo com a Agência Pública (2022) os:

votos dos deputados da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) em pautas antiambientais que tiveram discussão recente no Congresso Nacional, nesta legislatura. **A maioria dos deputados da FPE votou a favor da aprovação dos chamados ‘PLs da Morte’, um combo de cinco projetos que têm sido apontados como ameaças ao meio ambiente e a povos tradicionais.** Além do PL 191, essa lista de projetos inclui o PL 3729/2004, que trata sobre licenciamento ambiental; o PL 6299/2002, conhecido como o Pacote do Veneno;

o PL 2633/2020, conhecido como o PL da Grilagem; e o PL 490/2007, que altera o Estatuto do Índio e defende a tese do Marco Temporal, que limita o reconhecimento de territórios tradicionais (AGÊNCIA PÚBLICA, 2022).

No quadro podemos demonstrar quantitativamente a votação dos parlamentares híbridos, religiosos em projetos que conflitam com as questões socioambientais emergentes e que urgiria por uma proposição em defesa, proteção ambiental não só do meio ambiente natural, mas, do ambiente urbano, ambiente cultural e meio ambiente do trabalho, facetas de um Meio Ambiente em sua totalidade.

Votos dos deputados da
Frente Parlamentar Evangélica nos 'PLs da morte.'

	SIM	NÃO	NÃO VOTOU
PL da Grilagem PL 2633/2020	136	18	40
Marco Temporal PL 490/2007	17 42,5%	1 2,5%	Votação realizada no CCJ com 61 parlamentares (40 SIM 21 NÃO).
Pacote do Veneno PL 6299/2002	135	24	36
Licenciamento ambiental PL 3729/2004	131	11	53
Urgência para Apreciação do PL N° 191/2020 PL da Mineração	131	33	31

Fonte: Câmara dos Deputados

QUADRO 2. Votação dos parlamentares religiosos frente as questões socioambientais

Fonte: Agência Pública, 2022.

Conforme a Agência Pública (2022) percentualmente, temos que (66%) foram favoráveis ao caráter de urgência do PL n. 191/2020 que abre as portas para exploração de mineração e geração de energia em territórios indígenas.

Já no PL n. 6.299/2002, conhecido como Pacote do Veneno, flexibiliza a liberação de agrotóxicos no país, entre outras alterações [...] contou com apoio de 135 (68,8%) deputados federais signatários da Frente Parlamentar Evangélica. Outro PL n. 2.633/2020, projeto que possibilita a regularização fundiária de terras da União por autodeclaração o qual teve aprovação na Câmara em agosto de 2021, contou com apoio de 136 (79%). E finalmente no PL n. 3.729/2004 que trata do licenciamento ambiental e flexibilização deste instrumento de comando e controle para as alterações e impactos ambientais no meio ambiente, teve apoio de (74,5%) dos 196 parlamentares da FPE.

Dessa forma, fica patente o alinhamento e as trocas de favores entre FPA (bancada boi) e FPE (bancada evangélica) na fala do presidente da Frente Parlamentar Evangélica, Sóstenes Cavalcante:

"Normalmente a gente trabalha com a frente do agronegócio. **Temos uma tendência a se alinhar com essa frente, nos nossos temas que são prioritários [para nós], mais ligados a costumes, a gente também conta com a ajuda da frente do agronegócio.** Nesses assuntos a nossa tendência será também alinharmos, dentro da responsabilidade necessária, com a [FPA]" (AGÊNCIA PÚBLICA, 2022, grifo nosso).

Quanto a Agenda 2030, as ações concretas sobre a implementação deste tratado internacional assumido ainda no governo Dilma, embora tenha sido mantida de certa forma no governo Temer foi relegada ao segundo plano no governo Bolsonaro. Pois o Relatório²⁰ Luz demonstra que das 169 metas, 54,4% estão em retrocesso, 16% estagnadas, 12,4% ameaçadas e 7,7% mostram progresso insuficiente.

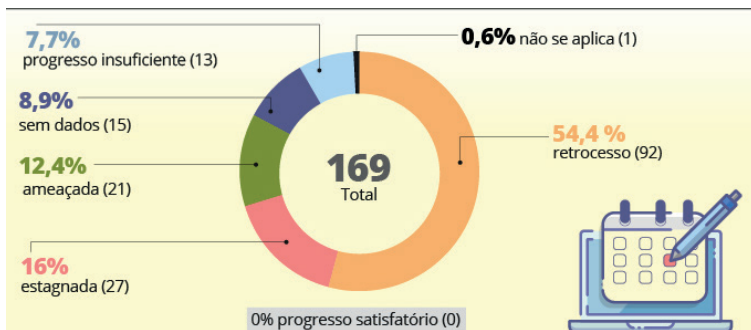


Gráfico 2. Implementação das Metas da Agenda 2030 no Brasil

Fonte: Câmara dos Deputados, 2021.

Observando essas informações, parece-nos que como afirma Latour (2020) a “Natureza não nos traz paz”, não por si só, mas em virtude das ações antropogênicas sofridas e nos convida, convoca a refletirmos sobre como nós deve(re)mos posicionarmos frente a estas questões.

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DAS ALTERAÇÕES EM DISPOSITIVOS JURÍDICOS POLÍTICOS (LEIS, NORMAS, INSTRUÇÕES NORMATIVAS, REGULAMENTAÇÕES...)

Como foi possível constatar com a análise dos projetos e votações, as alterações nas legislações ambientais e atuações de órgãos ambientais, influenciaram as políticas públicas socioambientais. Como voz advinda do Senado as “alterações nas normas socioambientais têm pouca legitimidade e dificilmente se sustentarão ‘sem a participação de atores relevantes’, mas avalia que os danos reais provocados pelo afrouxamento da legislação são imediatos e duradouros” (SENADO, 2022).

Nesta afirmação, já observamos a constatação de que projetos de lei diretamente relacionados as políticas socioambientais impactaram e impactarão as administrações e gestões públicas regionais e municipais de maneira negativa anteriormente e na atualidade poderão continuar a resultar em perdas nas questões socioambientais.

Conforme Gomide, Silva e Leopoldi (2023) a administração Bolsonaro, iniciada em 2019, representou uma nova e mais profunda inflexão nesse processo, tanto do ponto de

²⁰ Os dados constam no Relatório Luz 2021, produzido por entidades da sociedade civil, mostra o grau de implementação dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) no Brasil (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

vista discursivo quanto da promoção de iniciativas explícitas de desconstrução de políticas públicas especialmente, nas socioambientais.

No que diz respeito as terras indígenas, ficou constatado pelo Observatório do Clima (2022) que:

Bolsonaro foi o primeiro presidente desde a redemocratização a não demarcar Terras Indígenas, como avisara em sua campanha. A violação do direito constitucional dos povos indígenas à terra já seria grave, mas o regime foi além: estimulou a invasão de terras já demarcadas, mudou regimentos para permitir a tomada dessas áreas, impediu ações de fiscalização e incitou o ódio contra os nativos. O resultado foi o recorde de invasões, assassinatos e suicídios de indígenas (OC, 2022, grifo nosso).

Além disso, foi registrado o aumento da violência contra os povos originários pela ação de garimpeiros, perdas em demarcação de terra e pela assistência médica ineficaz na pandemia, bem como a assistência aos trabalhadores do campo representados pelos movimentos sociais, o que segundo senadores prejudicou muito o Brasil (SENADO, 2022).

Na política nacional ambiental, tentativas de flexibilizar o licenciamento ambiental, e a redução e extinção de atuações de certos órgãos públicos como foi o caso do Conama e Ibama (Ascema, 2020), impactam na arrecadação de multas e identificação de infrações ambientais, o que impacta na arrecadação e destinação dos recursos para projetos de educação ambiental, além de incentivar (in)diretamente a crimes ambientais continuados.

Existiu uma paralisação de quase a totalidade das obrigações, atribuições e demandas atinentes ao Governo Federal em relação a Política Nacional de Educação Ambiental e a relativa desmobilização desta política (ROSA, SORRENTINO e RAYMUNDO, 2022, p. 16). E quanto a implementação da Agenda 2030, os principais resultados foram coleta de informações para monitorar os objetivos, a coleta de informações estaria sendo feita pela sociedade civil, quando deveria ser feita pelo próprio governo para auxiliar na formulação de políticas públicas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

E ainda, de acordo os dados do Relatório Luz, houve aumento de 29% de mortes violentas de pessoas LGBT em 2020 em relação a 2019, e dobrou o registro de violência contra jornalistas. Já os registros de intolerância religiosa cresceram 41,2% e houve aumento de 91% no registro de novas armas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

Dessa forma, conforme Oliveira e Maciel (2023):

durante os quatro anos do **Governo Bolsonaro, houve a defesa de um modelo de desenvolvimento ilimitado-avassalador, com importantes lideranças políticas promovendo a ideia da natureza como obstáculo ao progresso** e saudando a poluição atmosférica, a construção de rodovias em áreas verdes, os agrotóxicos em geral e a dissolução das reservas indígenas (OLIVEIRA; MACIEL, 2023, p. 22, grifo nosso).

Como expressa Gomide, Silva e Leopoldi (2023):

governo Bolsonaro **rompeu com princípios básicos do Estado moderno, entre os quais, cabe ressaltar: universalidade, isonomia, direitos humanos, melhorias da qualidade de vida, redução das desigualdades, enfim, com a promoção do bem comum.** Promove a cisão entre grupos que, por princípio, deveriam ser partes integrantes da sociedade civil e, nesse sentido, protagonistas de solidariedade e cooperação (GOMIDE, SILVA e LEOPOLDI, 2023, p. 130, grifo nosso).

Para Gherman (2023, p. 61) pelo conjunto de suas ações políticas “o bolsonarismo não é ideologicamente nazista, mas, ele se constituiria em uma gramática típica de valores pós-fascistas e pós-nazistas”. E para Violin (2022, p. 144) após toda sua análise sobre o fascismo, neoliberalismo e sobre o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro eleito pelo Partido Social Liberal (PSL) em 2018 e atualmente no Partido Liberal (PL), por ele externalizar posições antidemocráticas, contra os direitos humanos, ao Estado laico, a Ciência, [ao Meio Ambiente], além de, “um discurso lunático de guerra contra o ‘fantasma do comunismo’ e do ‘do socialismo’” ainda em seu governo e em campanha em uma tentativa de reeleição 2022, restaria considerá-lo como fascista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões socioambientais em nossa sociedade têm convocado a cada cidadão refletir sobre as ações que impactam sobremaneira nos recursos ambientais. Independente da(s) religião(ões), o meio ambiente de maneira irrefutável, tem sofrido com processos antropogênicos e consequentemente, com perdas dos recursos naturais e ambientais para a manutenção das diversas formas de vida.

Por isso, observamos que a Política Nacional de Meio Ambiente que é um instrumento para a gestão dos recursos ambientais, seja nos ecossistemas naturais, seja nos ecossistemas urbanos, sofreu e vem sofrendo tentativas de desestruturação por parte de governantes, de parlamentares-religiosos, especialmente no governo Bolsonaro como demonstrado.

Neste capítulo, discorremos e concluímos que o governo Bolsonaro, teve uma sustentação por parte dos religiosos por meio de alianças, acordos e de uma agenda política conservadora, primando por questões sobre família, gênero, aborto, escola sem partido, entre outras, que expressariam as demandas daqueles eleitores(as) que o elegeram.

Entretanto, no que diz respeito as questões socioambientais, existem registros sobre os descasos e desmandos com o cuidado ambiental, tanto local, quanto regional. Pois, observando o resultado de votações na Câmara e Senado para determinados projetos de lei, de emendas parlamentares, pudemos observar que o Governo Bolsonaro recebeu duras críticas ao assumir uma agenda antiambiental e ao não se posicionar com ações mais assertivas frente aos desastres ambientais ocorridos, nem mesmo os parlamentares-religiosos tiveram um protagonismo em propor ou inovar as políticas socioambientais, mas contraditoriamente, apoiaram votações que contribuiriam para retrocessos no arcabouço jurídico-político ambiental.

Notadamente, parlamentares-religiosos (parlamentares híbridos) da Frente Parlamentar Evangélica apoiaram projetos de lei contrariamente à conservação e preservação ambiental, uma vez que tais parlamentares “atuantes” votaram favoravelmente os projetos advindos da bancada ruralista, demonstrando desta forma sua aproximação com os interesses do agronegócio, e em certos casos, de maneira contrária aos direitos de movimentos sociais, dos povos tradicionais, etc.

REFERÊNCIAS

AGENDA POLÍTICA. As Eleições de 2018 e a democracia brasileira. **Revista Agenda Política**. v. 7, n. 2, p.2-5, São Carlos, 2019.

AGÊNCIA PÚBLICA. **Maioria dos deputados da Frente Parlamentar Evangélica apoia pautas antiambientais**. Disponível em: <https://apublica.org/2022/04/maioria-dos-deputados-da-frente-parlamentar-evangelica-apoia-pautas-anti-ambientais/> acesso em: 01 ago. 2024.

ALMEIDA, R. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos** - Cebrap. São Paulo. v. 38, n. 01, p. 185213, jan./abr. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DE MEIO AMBIENTE. [Ascema]. **Cronologia de um desastre anunciado**: Ações do Governo Bolsonaro para desmontar as Políticas de Meio Ambiente no Brasil (2021). Disponível em: www.ascemanacional.org.br. Acesso em: 07 mai. 2024.

BOGÉA, D. **Psicologia do Bolsonarismo**. Por que tantas pessoas se curvam ao mito? Oficina de Filosofia. Niterói - RJ: Oficina de Filosofia, 2021. v. 1. BURITY, J. Itinerário histórico-político dos evangélicos no Brasil. In: GUADALUPE, J. L. P.; CARRANZA, B. (Orgs.). **Novo ativismo político no Brasil**: os evangélicos do século XXI. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020a. p. 195-214.

Onda conservadora e religião pública: Para onde vão a laicidade, o pluralismo e a vontade popular. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.anpocs2020b.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic%3Fq%3DYToyOntzOjY6lnBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUIFVSVZPIjtzOjQ6ljQ2MTYiO3oiO3M6MToiaCI7czozMjoiYzJhOGFjNWZjNzZjYWY1YWU4MWQ1MmY1MmU2NjY2NWEiO30%253D&ved=2ahUKEwiD0OmP28D2AhWBrJUCHTtqDiIQFnoECB8QAQ&usg=AOvVaw3kyajbRM8PfFqGT2Wd5_1K. Acesso em: 04 jun. 2022. CÂMARA DOS

DEPUTADOS. **Nova composição da Câmara ainda tem descompasso em relação ao perfil da população brasileira**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/550900-nova-composicao-da-camara-ainda-tem-descompasso-em-relacao-ao-perfil-da-populacao-brasileira/>. Acesso em: 09 mai. 2024.

Frentes Parlamentares. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54077>. Acesso em: 09 mai. 2024.

Plano Plurianual do Governo Bolsonaro. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/ministerios/index.html#_ Acesso em: 13 jun. 2024.

Atividade Legislativa – Projetos e Matérias. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias>. Acesso: 21 jul. 2024.

Relatório aponta que o Brasil não avançou em nenhuma das 169 metas de desenvolvimento sustentável da ONU. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/784354-relatorio-aponta-que-o-brasil-nao-avancou-em-nenhuma-das-169-metas-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>. Acesso em: 27 jul. 2024.

CAMURÇA, M. A. Um poder evangélico no Estado brasileiro? Mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. **Nupem**. Campo Mourão, v. 12, n. 25, p. 82-104, jan./abr. 2020.

CUNHA, C. V.; et al. (Coord.) **Extrema direita no Brasil**: sujeitos e coletivos pela “restauração nacional”. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2024. [livro eletrônico].

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE APOIO PARLAMENTAR. [DIAP]. **Radiografia do Novo Congresso** – Legislatura 2019-2023. Brasília: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. 2019.

ESTADÃO. **Basômetro**: quanto apoio o governo tem na Câmara? Disponível em: <https://arte.estadao.com.br/politica/basometro/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

GHERMAN, M. Bolsonarismo e a extrema direita no Brasil: uma reflexão sobre origens e destinos. In: PAULA, M.; VITAL, C. (Orgs.). **Religião, Democracia e a Extrema Direita**. 1. Ed Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2023. p. 58-65. [livro eletrônico].

GOMIDE, A. A.; SILVA, M. M. S.; LEOPOLDI, M. A. (editores). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)**. Brasília: IPEA; INCT/PPED, 2023. P. 125-185.

LATOUR, Bruno; **Diante de Gaia**. Oito Conferências sobre a Natureza e no Antropoceno. [trad. Maryalua Meyer; rev. téc. André Magnelli]. São Paulo: UBU, 2020.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA [OC]. **Nunca mais outra vez**. 4 anos de desmonte ambiental de Jair Bolsonaro. Disponível em: https://oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/AF_reduzido-20220323_individuais_nunca-mais-outra-vez-1.pdf Acesso em: 29 mai. 2024.

OBSERVATÓRIO DO LEGISLATIVO BRASILEIRO [OLB]. **Atuação da frente parlamentar evangélica na Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://olb.org.br/atuacao-da-frente-parlamentar-evangelica-na-camara-dos-deputados/>. Acesso em: 05 jun. 2024.

OLIVEIRA, C.; MACEDO, E. **Plano de Poder**: Deus, os Cristãos e a Política. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

OLIVEIRA, L. D; MACIEL, N. R. S. **Destruição da natureza e discurso antiecológico no Brasil**: Breve análise da política ambiental do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/19847.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO RELIGIÃO E PODER [ORP]. **Monitoramento das Frentes Parlamentares com Identidade Religiosa no Congresso Nacional (2019-2023)**. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/pesquisa/monitoramento-das-frentes-parlamentares-religiosas/> Acesso em: 04 jun. 2024.

Frete e bancadas. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/analise/frentes-e-bancadas/>. Acesso em: 04 jun. 2024.

ORO, A. P. ¿Dios por encima de todos? Religión y elecciones en Brasil (2018 y 2022). **Revista Nueva Sociedad**, n. 305, p.89-103, mayo-junio de 2023, ISSN: 0251-3552.

REPÓRTER BRASIL. **Ruralômetro** - 68% da Câmara vota contra meio ambiente, indígenas e trabalhadores rurais. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/08/ruralometro-68-por-cento-da-camara-vota-contra-meio-ambiente-indigenas-e-trabalhadores-rurais/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

RIVERA, P. B.. **Evangélicos y pentecostales del siglo XXI en América Latina**: Ensayos de Sociología. Juiz de Fora - MG: Editora UFJF/Selo Estudos de Religião, 2023. Cap. VI, p.109-129.

ROSA, V.; SORRENTINO, M; RAYMUNDO, M.H.A. (Orgs.) **Dossiê sobre o desmonte das Políticas Públicas de Educação Ambiental na gestão do Governo Federal 2019-2022**. Brasília: EAResiste, 2022.

SCARPIONI, M. **Pentecostais, Políticas Públicas e Meio Ambiente**: Estudo socioambiental em Rio Grande da Serra, periferia urbana no Grande ABC Paulista. 2015. 279p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2015.

SCARPIONI, M; VIANA, R. E. S. **“CONTROLES EXTERNOS”**: Estudo e Viabilidade da Modelagem Interacional entre Instituições de Controle na Esfera Pública Municipal de São Paulo. 2019. 94p. Trabalho de Conclusão de Curso. (Especialização em Controle Externo de Contas Públicas). Escola de Contas do Tribunal Municipal de São Paulo. São Paulo, 2019.

SENADO FEDERAL. **Novo marco regulatório do licenciamento ambiental pode ser votado em fevereiro**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/01/16/novo-marco-regulatorio-do-licenciamento-ambiental-pode-ser-votado-em-fevereiro>. Acesso em: 03 ago. 2024.

Política ambiental do governo prejudica o Brasil, avaliam senadores. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/04/politica-ambiental-do-governo-prejudica-o-brasil-avaliam-senadores>. Acesso em: 29 mai. 2024.

STAUSBERG, M.; ENGLER, S. **The Routledge Handbook of Research Methods in Study of Religion**. London/New York. Routledge, 2011.

VIOLIN, T. C. **Bolsonarismo**: O Fascismo-Neoliberal Brasileiro do Século XXI. Porto Alegre: Editora Fi, 2022. [recurso eletrônico].